

“Amazônia sob pressão: ciclos históricos, impactos contemporâneos e o futuro da floresta e populações tradicionais”

Escrito por: Josiele Gomes Sodré (Mestranda do PPGAA-UFGA)
Moisés Rodrigues Gomes (Mestrando do PPGAA-UFGA)

No dia 19 de novembro de 2024, a disciplina de *Mudanças Climáticas e a Amazônia* promoveu sua 4ª aula, abordando os ciclos econômicos e históricos, suas conexões com os desafios contemporâneos e os reflexos sociais, econômicos e ambientais. Estruturada em três partes, a atividade contribuiu para reflexões enriquecedoras a partir de abordagens distintas.

Na primeira parte, o professor Valério Gomes apresentou uma análise em detalhes dos ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia baseado em seu artigo “*Ciclos Econômicos do Extrativismo na Amazônia na Visão dos Viajantes Naturalistas*”. Destacando também o trabalho de Alegretti, intitulado “*A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*”, que enfatiza o papel do líder seringueiro na formulação de políticas públicas para a proteção ambiental e a justiça social.

A segunda parte da atividade contou com a participação de Greg Thaler, pesquisador da Georgia University, que ampliou a discussão histórica apresentada por Gomes, a partir de uma perspectiva contemporânea para a discussão, conectando os ciclos econômicos a questões ambientais e a políticas atuais. Por fim, a aula foi encerrada com a exibição do documentário “*São Félix do Xingu: Stories of Occupation in the Heart of Amazonia*”, que retrata os impactos de uma ocupação desordenada na região amazônica, evidenciando suas consequências sociais, econômicas e ambientais.

Durante a aula, destacou-se que a Amazônia sempre foi habitada por diversos grupos e populações tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros. Esses grupos fundamentam suas práticas de vida no extrativismo, explorando recursos de origem vegetal e animal de maneira sustentável e adaptada ao ambiente. Sendo essa realidade observada por diversos naturalistas, muitos de origem europeia, que no século XIX, vinham para a região amazônica no intuito de estudar os povos e espécimes de animais aqui existentes.

Um dos exemplos marcantes de naturalistas foi o britânico Alfred Russel Wallace, que esteve na região amazônica por volta de 1848 a 1852, na busca de estudar sobre as aves desta região. Assim como Alfred, diversos naturalistas passaram pela Amazônia com a mesma intenção de estudá-la. Muitos desses naturalistas relataram a exploração dos recursos de origem animal presentes na região, dentre essa exploração, destaca-se a extração de óleo e carne de tartarugas. Nesse cenário, as tartarugas eram mantidas em uma espécie de curral, como uma das maneiras para manter os animais prontos para o abate, bem como forma para a realização das coletas de ovos para extração de gordura.

Os relatos dos naturalistas, embora muitas vezes imbuídos de olhares coloniais, tiveram um efeito significativo nas políticas ambientais e sociais na Amazônia. Visto que, muitos desses estudos serviram para moldar a percepção externa da região como uma espécie de território exótico e cheio de riquezas naturais. Esse olhar, impulsionou a exploração dos recursos, mas também despertou a atenção internacional para a biodiversidade presente na região e a importância de sua conservação.

O olhar e os registros promovidos por esses naturalistas foram cruciais para a formação de bases de narrativas que posteriormente contribuíram para criação de políticas de preservação e manejo de cunho sustentável. Entretanto, é válido relatar que tais discursos muitas vezes negligenciaram e desvalorizaram o papel das populações locais, como os indígenas e as comunidades tradicionais, na manutenção e gestão do ecossistema amazônico de forma sustentável.

Ao longo de sua trajetória de formação, a Amazônia passou por diferentes ciclos econômicos e sociais, que evidenciam que o extrativismo sempre foi uma das atividades mais praticadas na região, sendo essa a atividade estabelecida pelos povos tradicionais. No século XVIII, a exploração das denominadas ‘Drogas do Sertão’, como cacau, guaraná e castanha, destacou-se como uma das principais atividades econômicas da Amazônia. Esse ciclo intensificou a migração de populações de diversas regiões do Brasil, atraídas pela busca e extração desses produtos.

Já no século XIX, o cacau ganhou predominância na economia regional. Contudo, no início do século XX, essa atividade foi substituída pelo ciclo da borracha, que trouxe transformações significativas. Durante o ciclo da borracha, a Amazônia recebeu a participação dos chamados ‘soldados da borracha’, trabalhadores migrantes incentivados por políticas governamentais que promoviam a exploração intensiva da floresta sob o discurso de desenvolvimento. Orientados pela política de desenvolvimento da região, mediada pelo discurso de exploração intensiva da floresta.

A ideia política de desenvolvimento da época era moldada na concepção de que a região amazônica era composta de atraso e estagnação, além de ser considerada um lugar pobre e hostil, sendo necessário a exploração para obter-se o “desenvolvimento”. Entretanto, essa ideia desenvolvimentista incentivada pelo governo, acarretou na expansão do processo migratório mediado pela abertura de estradas que tinha como intuito facilitar o acesso a várias partes da Amazônia, que até então, era majoritariamente realizado através de embarcações.

Essa “política desenvolvimentista” foi muito incentivada por Getúlio Vargas, presidente do Brasil na época e um dos responsáveis pelo alicerce da política de desenvolvimento na Amazônia, intitulando esse processo de “Marcha para o Oeste”, onde o governo incentivava brasileiros e estrangeiros a migrar para Amazônia em prol do “desenvolvimento” da região. Esse processo de ocupação e exploração dos recursos naturais de forma intensiva, desencadearam problemas ambientais que perduram até os dias atuais, como o aumento do desmatamento, situados nas proximidades das estradas, que se expandem aos interiores da região. Além desses problemas, outros foram sendo evidenciados por conta dessa expansão, como: o aumento dos conflitos sociais, principalmente entre os seringueiros e os “grandes proprietários de terra”.

Nesse contexto de conflitos, destacou-se a atuação de Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, seringueiro, líder sindicalista, ativista político que desempenhou um papel importante na luta pela preservação da floresta e pelos direitos dos seringueiros amazônicos, que dependiam da preservação da floresta e das seringueiras nativas como uma de suas formas de sobrevivência. No entanto, apesar do seu papel crucial na luta pelo povo e preservação da floresta, em 22 de dezembro de 1988 o líder, Chico Mendes, foi assassinado como tentativa de parar o movimento dos seringueiros e expulsá-los da região.

Hoje, com o avanço do agronegócio, principalmente com o “boom da soja” e a expansão da pecuária em regiões como São Félix do Xingu, os conflitos por terras têm intensificado cada vez mais o desmatamento na região amazônica, deixando rastro de destruição cada vez maiores em ambientes que até então eram preservados pelos povos tradicionais. O documentário “*São Félix do Xingu: stories of occupation in the Heart of Amazonia*”, demonstra bem os impactos das ocupações desordenadas no território amazônico, e evidencia como a conversão de florestas em pastagens para a pecuária tem colaborado para o desmatamento massivo e conflitos sociais, evidenciando, que de alguma forma há “semelhança” em grupos distintos, que são atingidos pela ganância de

“grandes proprietários”. Embora esse documentário tenha sido realizado em tempos passados, a problemática ainda reflete nos dias atuais. A ocupação de terras pelo grande capital consiste no uso contínuo da terra de todas as formas possíveis, principalmente quando a utilização para tal produção não tem sucesso, coloca-se a ideia de “reaproveitamento da área” para qualquer outra atividade, que faz perpetuar o ciclo de expropriação e de conflitos pela terra.

Como forma de resposta ao avanço dos problemas ambientais, ao longo dos anos muitas políticas públicas foram sendo elaboradas na tentativa de mitigar esses efeitos, dentre essas políticas destaca-se, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) que consiste em um conjunto de políticas públicas lançado em 2004 para reduzir o desmatamento na Amazônia Legal e promover o desenvolvimento sustentável. Esse plano de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) contribuiu para a manutenção do desmatamento abaixo de 8 mil km² até 2018, porém foi revogado no governo Bolsonaro em 2019, contribuindo assim, para o aumento do desmatamento em 2021 para 13 mil km², aumento que não se via desde 2006, sendo reativado por governos seguintes com novas metas a serem alcançadas até 2030 (BRASIL, 2024).

No cenário de maquiagem a exploração desordenada dos recursos naturais, através de incentivos governamentais, surge também o conceito de bioeconomia que, em 2018, foi definida como “a produção, utilização e conservação de recursos biológicos que engloba conhecimento, ciência, tecnologia e inovação para fornecer informações, produtos, processos e serviços em todos os setores econômicos visando uma economia sustentável” (Global Bioeconomy Summit, 2018). No contexto da Amazônia, sendo uma região complexa e cheia de particularidades, o conceito de bioeconomia não pode ser limitante ou fechado, uma vez que a Amazônia compreende quatro áreas distintas, sendo: a Amazônia conservada, onde há mata nativa e os povos e comunidades tradicionais, a Amazônia desmatada, caracterizada pela atividade intensa agropecuária e garimpo ilegal, Amazônia sob pressão, considerando a “área de transição florestal e fronteira de expansão do desmatamento” e a Amazônia urbana, as cidades da região (Santos; Salomão; Veríssimo, 2021). Dessa forma, ao destacar a bioeconomia, de qual delas estamos nos referindo? Qual Amazônia estamos enfatizando? (Lopes, et al., 2022).

De modo geral, é necessário considerar as múltiplas relações existentes nesses contextos, onde as pessoas presentes nesses ambientes também sejam ouvidas, consideradas e respeitadas. Assim, a bioeconomia precisa considerar o social, o

econômico, o ecológico, o político e o cultural, pois só assim será democrática, inclusiva e transparente. Fato esse que não ocorre na bioeconomia amazônica, que apesar de seu discurso positivista enfrenta duras críticas, visto que, esse discurso não assegura a participação de agricultores e povos tradicionais, sendo muitas vezes direcionada como muitas outras políticas para economia global, a exemplo das commodities. Evidencia-se, portanto, que ainda há muitos percalços para a bioeconomia ser, de fato, inclusiva no cenário amazônico, tendo a economia como um caminho horizontal, a qual os agricultores sejam participantes e sejam consideradas as particularidades locais da região.

Em síntese, o desenvolvimento da Amazônia foi moldado por um conjunto de fatores relacionados à exploração de seus recursos naturais, especialmente por meio do extrativismo. Essa prática está profundamente enraizada na região, seja por meio das atividades das comunidades tradicionais, que vivem de forma integrada ao ambiente, ou pelas iniciativas de migrantes que vieram explorar seus recursos em busca de melhores condições de vida. Esse histórico evidencia a centralidade do extrativismo na trajetória da Amazônia e revela como a narrativa do suposto 'vazio' amazônico desconsidera a ocupação e o protagonismo desses povos. Contudo, o desmatamento tem sido, ao longo da história, um dos principais desafios da região, gerando graves impactos ambientais, como a intensificação das mudanças climáticas.

Portanto, refletir sobre a Amazônia sem considerar sua trajetória histórica implica comprometer diretamente o futuro da região. Esse futuro depende da formulação de políticas verdadeiramente inclusivas, que reconheçam e valorizem o papel fundamental das populações tradicionais na preservação da floresta e no uso equilibrado de seus recursos naturais. É imprescindível evitar que tais práticas sejam direcionadas exclusivamente para atender à economia global e à exploração massiva, como tem ocorrido em São Félix do Xingu, marcada pela expansão da pecuária, e em outras áreas, onde a exploração intensiva de grãos e minérios por meio de garimpos ilegais tem causado graves impactos socioambientais.

Belém, 19 de novembro de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59,

jul./dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13865>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. PPCDAm - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/ppcdam>. Acesso em: 03 dez. 2024.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan-abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100007>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GOMES, C. V. A; CUNHA, C. F; FERREIRA, P. São Félix do Xingu: Stories of Occupation in the Heart of Amazonia, Youtube, 1 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K3VtBfAaf2s>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LOPES, C. L.; CHIAVARI, J.; SOLER, P. P.; BARREIRA, M. L. **Bioeconomia na Amazônia: Análise conceitual, regulatória e institucional**. 2022. Amazônia 2030. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/bioeconomia-na-amazonia-analise-conceitual-regulatoria-e-institucional/>. Acesso em: 3 de nov. 2024.

SANTOS, D; SALOMÃO, R; VERÍSSIMO, A. Fatos da Amazônia 2021. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GLOBAL BIOECONOMY SUMMIT. Communiqué: innovation in the global bioeconomy for sustainable and inclusive transformation and wellbeing. 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1146727/1/Bioeconomia-Aplicada-a-Pequenos-e-Medios-Produtores-e-a-Pequena-e-Media-Empresas-Capitulo-3.pdf>. Acesso em: 3 de nov, 2024.